

FOLHETINS E PROGRAMAS - ENCICLOPÉDIA E EDUCAÇÃO POPULAR: O FOLHETIM DA *FOLHA DE S.PAULO* (1977-1979)

Marco Antonio Maschio Cardozo CHAGA¹

- RESUMO: Mapeando algumas definições históricas sobre o termo folhetim e apresentando alguns programas que dependiam de periódicos para serem implementados, o texto procura organizar dados relacionados com a prática que, em 1977, desencadearia a publicação de um suplemento cultural da *Folha de S.Paulo: o Folhetim* (1977-1989). Procura-se também mencionar, em caráter informativo, alguns dos desdobramentos teóricos que a filiação de seus editores determinava como o perfil político durante a primeira fase do suplemento (1977-1979).
- PALAVRAS-CHAVE: Literatura; teoria literária; crítica literária; periodismo; anos setenta; jornalismo.

Por volta de 1630, surge em Veneza o primeiro jornal de que se tem notícia. Mais liberal e menos dogmática em relação aos processos inquisitoriais do que Roma, Veneza expressava a riqueza e o esplendor do comércio e das artes através deste veículo que lançava as bases para novas conquistas, praticando-se, talvez pela primeira vez, por intermédio do meio impresso e periódico, a moderna idéia do exercício das liberdades individuais. Posteriormente, o jornal seria lançado nas principais capitais européias para, alimentado pelo comércio, do qual se torna aliado, assumir a função de conquista – como uma metáfora das Grandes Navegações – e integrar o velho continente se agregando, ao mesmo tempo, aos relatos sobre o novo mundo. Neste primeiro movimento de expansão do jornal, poder-se-ia reconhecer uma espécie de primeiro ensaio das conquistas de lugares extras.

Duzentos anos mais tarde, em 1836, ao jornal se juntaria uma das invenções mais importantes para que o veículo se cristalizasse como um sucesso comercial: o folhetim. A partir de meados do século XIX, em plena efervescência do Romantismo, a fórmula francesa estava pronta (o que vende o jornal é o folhetim, e o que vende o folhetim é o romance nele publicado) e se expandia, atingindo as grandes cidades européias e também o Rio de Janeiro.

Impulsionando as vendas diárias e ampliando as assinaturas, o folhetim reforma o jornal. Apenas dois anos depois, em 1838, o *Jornal do Comércio* lança *Capitão*

¹ Bolsista CNPq. Doutorando em Teoria Literária. Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina - CCE-UFSC/ Florianópolis.

Paulo, de Alexandre Dumas, o primeiro folhetim traduzido do francês a sair em jornais brasileiros.

De que se fala aqui quando se fala em folhetins?

... o termo designa uma forma de narrativa inventada pelo Romantismo francês, paralelamente à criação do romance romântico, o 'grande romance realista' como querem alguns. Uma forma específica de *narrar*, articulada a uma forma específica de publicar, num veículo específico: o jornal. Em outras palavras: uma ficção narrativa em prosa publicada aos pedaços, no jornal cotidiano.

... O romance folhetim nasceu da visão inteligente de um jornalista francês da década de 1830, depois da Revolução de Julho. Emile de Girardin vem precedido de forte tarimba no campo jornalístico e pretende tirar o jornal do âmbito restrito a assinantes ricos. Concede um jornal diário mais barato e, para forçar a venda, lança mão de vários expedientes [sendo o folhetim o principal deles]. (Meyer, 1978)

Decorrente da censura napoleônica, os jornais tiveram que repensar suas estratégias de venda diante das limitações impostas. A principal novidade desta nova versão se encontrava no rodapé (no rés-do-chão) da primeira página, que apresentava um índice das principais variedades e uma fatia de algum romance popular. Chamarizes tenazes, os pedaços de romances e as variedades mais picantes fisgavam os leitores e consolidavam o costume da leitura diária. Para muitos, a vida sem o jornal havia se tornado inviável e este vício alçou o jornal à posição de principal meio de comunicação das emergentes cidades modernas. A aventura da modernidade ganhava, assim, um potente veículo capaz de fazer circular uma grande quantidade de informações úteis mescladas com muito divertimento.

Em 1915, discursando a uma platéia de jornalistas portenhos, João do Rio arrisca a idéia de que nada de novo houve no mundo depois da descoberta da América e da expansão do jornal – duas utopias iluministas. Como instituição social, o jornal aparece, a seus olhos, como a mais salutar delas: farol de opinião nas democracias. (Antelo, 1992)

Este farol das opiniões democráticas encontraria severos defensores de que sua função deveria se voltar ao esclarecimento do público menos letrado e até mesmo analfabeto, supondo-se que o jornal podia ser lido por um, mas ouvido por muitos. Contudo, deve-se atribuir ao folhetim grande parte do sucesso do jornal, quando se verificou sua capacidade de atrair uma diversa gama de leitores, letrados ou não. Neste momento existem duas ocorrências dignas de nota. Em primeiro lugar, há o reconhecimento do escritor (folhetinista) como precursor do sucesso de público e de rendimentos para o jornal. A profissionalização do escritor e o limite da ética autoral (ao que o escritor deveria atender: aos desejos do público ou às exigências literárias?) foram levadas ao extremo. Por outro lado, percebe-se o nascimento do jornalista-

cronista-intelectual, o que muda o conceito de intelectual: a partir de agora, ele articulava tanto as impressões e a crítica social do cronista, quanto a função de formador de opinião atribuída ao jornalista. Em certos casos essas atribuições se concentram em um único sujeito.

Como apêndice do folhetim, o romance da virada do século XIX indica o rumo a ser seguido, armando uma das principais teias narrativas da modernidade. Explorando áreas limites e invadindo territórios anteriormente consagrados a gêneros específicos, a formulação híbrida desta narrativa é correlata às profundas mudanças sociais e econômicas que as nações européias atravessavam. Assim, tanto através da crônica periódica como pelo romance folhetim, e independentemente da perspectiva literária que se utiliza para analisar esta passagem, pode-se considerar o campo literário como a principal fonte de relatos sobre o cotidiano. Ou seja: este lugar funciona como o espaço crucial do exercício crítico; nele desfilam as ficções produzidas a partir da observação social. A narrativa literária, por sua vez, também se apropria deste meio diário para ampliar seus domínios e, em sua última formulação, o suplemento literário e/ou cultural parece suprir as exigências imediatas do espaço da literatura.

Ainda que com periodicidade variável (semanal, quinzenal ou mensal – quando abrigado por um grande jornal, a primeira costuma prevalecer), o suplemento não ambiciona o ciclo de curta duração, como se observa no caso da informação diária, embora procure atingir outras metas não menos pretensiosas – ao jornal, e mais especificamente ao próprio suplemento (e isso deve ser extensivo às revistas literárias e/ou culturais) atribuir-se-á, por mais de uma vez, a função de integração territorial, pedra de toque da cultura regional ou nacional. Dessa maneira, o surgimento do jornal povoou de expectativas o universo do escritor e os homens de letras alimentaram os mais diversos sonhos em relação ao potencial do jornalismo.

Comparando a imprensa moderna ao espaço público das antigas repúblicas gregas e romanas, Domingo Faustino Sarmiento sonhava, em 1841, (possivelmente já sabendo do sucesso dos folhetins) com a possibilidade de o jornal se desenvolver sob o signo da independência, fomentando as mais diversas iniciativas libertárias, sobretudo os ideais educacionais, que a humanidade fosse capaz de formular. Esta utopia havia sido lançada como parte da Ilustração e, em boa medida, este ideário foi partilhado até a década de setenta deste século.

Por meio do diarismo o mundo se identifica. As nações, como irmãs ausentes, comunicam suas prosperidades ou suas desgraças, para que sejam apreciadas ou sentidas por todos os seus membros; por meio do diarismo os indivíduos anunciam suas necessidades e chamam a quem pode satisfazê-las; por meio do diarismo o comércio se estende, as notícias e dados que às suas melhorias interessam se vulgarizam; e por meio do diarismo, enfim, o povo antes ignorante e privado de meios de cultura começa a se interessar pelos conhecimentos e gostar da leitura que os instrui e diverte, elevando todos ao gozo das vantagens

sociais, e despertando talentos, gênios e indústrias que sem ele permaneceriam na obscuridade. (Sarmiento, 1983)

Embora o raciocínio seja nutrido pelo bom senso, o diarismo (o jornalismo, para nós) não cumpria nenhum ideal de aproximação entre povos geograficamente tão próximos (Brasil e Argentina, por exemplo), todavia ligava, com espantosa rapidez, as *irmãs ausentes* à mãe francesa ou inglesa.

Nesta época, no Brasil, o jornal também figura como um dos principais instrumentos de defesa dos ideais republicanos, agitando e mobilizando a opinião pública em torno da premência em se discutir as mudanças políticas. Intelectuais democráticos, republicanos ou conservadores mantinham um consenso em torno da função esclarecedora e educativa que os jornais poderiam vir a desenvolver. Novamente, parece-me, o sucesso dos folhetins (que nesta época já estava consagrado entre os leitores) fascinava os homens letrados, que enxergavam no jornal um meio ágil e barato para se erradicar do país um de seus problemas crônicos: o analfabetismo. O republicano Frota Pessoa (Cf. Sevckenko, 1978) sentencia a sua crença no veículo: “O jornal é a tribuna ativa, de onde um determinado espírito, que traz convicções e idéias próprias, se dirige às massas para esclarecê-las, conduzi-las e educá-las”. Mais enfático ainda é o programa republicano:

Os intelectuais republicanos, empenhados na modernização da sociedade ‘fossilizada’ herdada do Império, colocaram sempre no centro de suas preocupações o sonho de um Brasil integralmente alfabetizado. As declarações de Olavo Bilac são muito representativas e sintomáticas dessa esperança obsessiva: ‘se fosse possível eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabetos’. (Sevckenko, 1978)

Para os republicanos, o meio pelo qual a narrativa passava a circular, integrando a sociedade, ou as regiões, as nações e os continentes, seria o jornal. Mas para perfazer o itinerário desta tarefa gigantesca, o responsável ou o idealizador deste tipo de projeto necessita, sob pena de não cumprir suas metas, estabelecer, de antemão, um *programa* a ser perseguido durante a existência respectiva do jornal (suplemento ou revista) ou durante a fase na qual estará à frente da publicação. Estes programas procuram contemplar as diferentes estratégias de que se dispõe para se atingir o objetivo educativo da proposta, e, para tanto, ele precisa envolver o maior número possível de leitores, letrados ou não.

Deve-se notar a proximidade das perspectivas dos republicanos brasileiros com a observação do crítico francês Geoffreoy (Cf. Meyer, 1978) em princípios do século XIX, sobre a expectativa que se criava em torno do folhetim, depois de agregado ao jornal:

O folhetim assumiu proporções extraordinárias, impondo-se cotidianamente à atenção dos leitores, por um corpo de folhetinistas de primeira ordem, percorrendo cada qual sobre a sua especialidade: a Crítica dramática, a História, a Literatura. Instalara-se assim, no andar térreo da folha, como que uma universidade popular, em que se ensinava sem pedantismo e onde se aprendia sem esforço.

À proporção em que a política da república brasileira não conseguia atingir o objetivo de erradicação do analfabetismo – deixando mais de oitenta por cento da população brasileira nesta condição –, acentuava-se, entre os intelectuais locais, a busca de alternativas visando a solução do problema.

Uma destas alternativas foi posta em prática a partir de 1919, por Monteiro Lobato, durante a segunda fase da *Revista do Brasil*, quando o editor (durante sua fase de educador, antes das campanhas do petróleo e do aço) exercitou de maneira cristalina esta tendência de esclarecimento público, hierarquizando quais seriam as metas a serem perseguidas durante sua gestão à frente da revista. A modernidade como projeto de esclarecimento coletivo – seja fundado nos princípios da Ilustração, seja derivado das “obras e dos discursos dos democratas franceses da III República (portanto, depois de 1848)” (Sevcenko, 1978) – seria mais uma vez acionada para dar conta dos desajustados processos de integração.

O programa da *Revista do Brasil* visava integrar as diferentes peculiaridades da Nação; entretanto, antes de qualquer iniciativa neste sentido, seria necessário conhecer este país ignorado por seus habitantes. Para Monteiro Lobato, a revista deveria fornecer a base de uma enciclopédia dos temas nacionais, capaz de absorver os mais variados assuntos com a finalidade de preencher as lacunas da história política, social e cultural do país. O índice desta enciclopédia foi publicado em 1919, anexado ao número 47 da *Revista do Brasil*. Nele, o editor detalha o itinerário a ser perseguido:

A “Revista do Brasil” é uma publicação aberta ao público, as quais pensam!, aos que desenham, aos que investigam, aos que sentem. Não se fecha ao leigo, ao principiante, ao obscuro, ao sem nome. Tanto acolhe as manifestações intelectuais do consagrado pela imortalidade acadêmica, como as de um simples ‘curioso’. Não olha nunca para o nome que subscreve a contribuição e sim para esta somente. Tendo valor o trabalho, aceitá-lo-á com o maior prazer. Porque está no seu programa ser um reflexo da alma nacional, essa alma brasílica sufocada pelo estrangeirismo invasor e pelo snobismo infrene das grandes capitais. Abrindo-se ao público, só assim ela realizará o seu programa de espelho da nação, onde se reflitam todas as manifestações da nossa mentalidade. Para dar idéia desse programa, concretizamo-lo na serie de temas, insere abaixo a título de sugestão.

Programa:

Historia e Sociologia. – Dramas da colonização. – A tragédia de João de Barros e de Pereira Coutinho. – Os dilatadores da fé. – Os piratas – Os cavaleiros do oceano. – Santos e bandidos. – A miragem do Eldorado. – Estado da Europa á noticia do ouro da América. – O espirito das Ordenações do Reino – O livro Quinto – O cacique Cunhanbebe. – A função do jesuíta. – Anchieta, o santo da América.- A Fundação das cidades; como se organizavam; a localização a defesa; a administração etc. – Thomé de Sousa, ‘varão prudente e sisudo, homem serio’. – O pelourinho. – A sociedade dessa época – As tupinambás eram ‘aivas e formosas e não haviam nenhuma inveja ás de Lisboa’. – O regime feudal no Brasil; a reação da realeza. – Os primeiros órgãos de defesa; o aparelhamento do donatário e do senhor de engenho. – A marinha de outrora, a galé a nave, o galeão, o bergantim, a caravela, etc. – Reflexo de Alcacer-Kebir na colônia – Gabriel Soares, o sertanista, o chronista. – O roteiro de Glimmer. – Factores de penetração, o ouro, o escravo. – O boi como factor de fixação. – As zonas de criação, segregamento, conseqüências. – A versão holandesa sobre as guerras holandesas. – Brilho da época holandesa – Maurício de Nassau, no velho mundo e no novo. – A organização colonial, o capitão-mór, o ouvidór-mór, o provedormór, o capitão de resgate, o da costa, o alcaide etc. – As bandeiras – Antonio Raposo, o escravista. – Jorge Velho, o guerreiro. – Como e porque o paulista se fez bandeirante. – Um instante de realeza: Amador Bueno. O monopólio. – O ouro do Brasil passa em transito por Portugal e enriquece a Inglaterra. – O Brasil visto através da obra de Vieira. – Influencia do ouro na metrópole. – As rivalidades do reinol e do nativo. – As conspirações. – D. Maria I. – Chegada de D. João VI ao Brasil. – Aspectos do Rio nesse tempo. – Ituzaingo visto pelos argentinos. – A guerra do Paraguay vista pelos platinos. – Influencia da escravidão na psíquica nacional, etc.

Etnografia. – Origens étnicas dos aborígenes – Civilizações americanas. Os Incas. – Os Aztecas – Os Guaranis. – Movimentos migratórios, as correntes. – A hipótese de Stein – O planalto bolivio-matogrossense foi um foco irradiador?. – A ponte aleutica. – A Atlântida. – Os sambaquis, os monumentos, as inscrições. – A expansão tupi, etc.

Folclore. – Os artes populares. – As rendas do Ceará. – O nhanduti – A musica. – A modinha, origem, evolução e significação. – A cerâmica, o boneca de panno – As danças, o samba, o cateretê, o jongo, as danças da boa sociedade. – As lendas – A contribuição do índio e do negro no folclore brasileiro. – A poesia popular. O desafio sertanejo – O maxixe, etc.

Biografia. – D. João VI. – Pedro I. – Os Andradas. Evaristo da Veiga, a força nova. – Um homem: Feijó. – Caxias e Osorio. – Estadistas do Imperio: Cotegipe, Saraiva, Rio Branco, Nabuco, etc. – Estudos sobre Pedro II, o homem e o

imperante, sua magnanimidade, seu valor mental, sua ação na formação do país. – A família imperial. – A imperatriz. – D. Izabel. – Os príncipes imperiais. – Os naturalistas estrangeiros que estudaram o Brasil: Martius, Spix, Saint-Hilaire, Agassiz, Landsdorf, Bates, etc. Os naturalistas brasileiros, Velloso, Arruda Camara, Freire Allemão, etc.

A mulher no Brasil. – Características da brasileira; a branca, a preta, a mulata. – Psicologia da mulher autóctone. – Estudos de antropometria, a estatura, a cor, a cor dos olhos e dos cabelos a pigmentação, etc. – O tipo clássico da brasileira, as variantes, a rio-grandense, a mineira, a cearense, etc. – A beleza brasileira, o que consideramos como beleza, onde ela se acentua, etc.

A população, os tipos. – O reinol. – O garimpeiro. – O escravo – O negro de hoje. – O caboclo. – O tropeiro. – O boiadeiro. – O seringueiro. – O cangaceiro. – O vaqueiro. – O gaúcho. – O piraquara. – O capadócio. – O capoeira. – Os fazedores de deserto. – Os poiaeiros. – Os imigrantes. – O praieiro. – O mulato. – A mulata baiana. – A mulata carioca. – A negra, etc.

A linguagem. – A ‘língua geral’ na penetração portuguesa. – A denominação tupi dos lugares. – O palimpsesto tupi: restauração do nome primitivo oculto pela sobrecarga tupi. – Evolução da língua portuguesa no Brasil. – Como se diferencia. – As influências predominantes. – O arcaísmo popular. – O neologismo das capitais. – Como o Rio cria vocábulos novos – O snobismo e a francesia, etc.

Costumes, Tradições e Aspectos. – A sociedade colonial. – O luxo da época. – Um senhor de engenho. – A moda masculina e feminina no tempo de D. João. – Como se iniciou o tráfico dos negros, como os apanhavam na Guiné; as primeiras levadas. – Procissões representações de autos e mysterios. – A nostalgia do negro, o banzo, o mal de Loanda. – Os veículos de outrora. Os coches de gala, a diligencia, a cadeirinha, a liteira, etc. – O carro de boi, sua função no passado e no presente. – A caça, como caçavam os índios e como caçamos nós. – O que conservamos do indio; as armas, as armadilhas. – A pesca, instrumentos de pesca, a pesca da baleia na Bahia. – A vida agrícola alfaia agrícola, métodos e sistemas. – A habitação; como se diferencia de norte a sul. – A ocará e a choça de hoje. – As velhas fazendas: tradições, lendas e dramas. – A vida de um fazendeiro no Império. – O fazendeiro do sertão. – Formas de vida religiosa, superstições. – A alimentação, a cozinha de outrora e a de hoje, a cozinha baiana, os pratos tradicionais. – Os santuários. – As romarias. – As festas populares. A feitiçaria. – O curandeiro e o santo. – Costumes criados pela escravidão: o apadrinhamento a alforria na pia, o direito de mudar de senhor, os quilombos. – A Troia Negra. – A amor no Brasil. – O namoro antigo e moderno. – O derriço poético. – A organização da corte imperial. – Os palácios e a vida de uma família imperial na América. A escravidão: dramas, o negreiro, os trapiches, o Vallongo, capitães de mato, o feitor, a mucama, o moleque, instrumentos de tortura, a senzala, etc.

– Os garimpeiros. – As zona fronteiriças. – A interpenetração nas fronteiras, da língua e dos costumes. – As cidades mortas. A tapera. – A cruz á beira da estrada, etc.

As Artes. – As artes no Brasil antes de D. João VI. – As artes depois da missão francesa. – A pintura heróica. – Os primeiros ensaios da caricatura. – As primeiras gravuras. – A caricatura no Império e hoje. – A arquitetura colonial – O neo-colonialismo. – Os pintores que fizeram escola. – O teatro lírico no Império. – O teatro dramático de João Caetano. – O teatro português no Brasil. – A música outrora e hoje, sua filiação, suas correntes, orientação atual. – As igrejas do Brasil. – A capelinha votiva, etc.

Aspectos da Terra. – As montanhas. – Os rios: lendas, paisagem, flora e fauna de cada um; função no povoamento. – As cachoeiras, Sete Quédas, Paulo Affonso, Itapura, etc. – As lagoas; dos Patos, Mirim, Uberaba, etc. – O nosso mar, suas características, seus peixes, as correntes, a pororoca. – As ilhas; Trindade, Marajó, Fernando da Noronha, etc. – Aspectos da nossa costa. – A paisagem. – Estudo das baías Guanabara, do Recife, etc. – As florestas; a amazônica, a sulina. – Os campos nativos. – Os cerrados. – As nossas arvores, o pau-brasil, o jequetibá, o mata-pau, etc. Porto seguro, localização do desembarque de Cabral, etc.

Vários Assuntos. – As expedições científicas. – Os novos cruzamentos – O ítalo-brasileiro, o teuto-braileiro. – Os romancistas mais lidos. dedução do estado mental do povo, suas exigências e psicologia. – A inflação amazônica, grandeza e decadência. – Vícios deixados pelo despotismo colonial na psíquica brasileira. – A organização moderna. – As maravilhas do método. – A eficiência medida pela capacidade de organização. – Falhas da nossa educação atual. – Estudos sul-americanos. – Bolívar. – Sarmiento. – Ameghino. – Mitre. – Alberdi, etc. – Os nossos museus; o Nacional, o Naval; suas curiosidades. – Os crimes econômicos: o imposto de exportação, o interestadual, o proteccionismo. – A burocracia: males. – O primeiro jornal brasileiro, etc.

Há por aí inúmeros artistas populares abafados, asfixiados pela indiferença ambiente, sem meios de alcançar a publicidade, caricaturistas, desenhistas, pintores, santeiros, milagreiros, poetas populares, humoristas. A Revista abre-se a todos eles, procurará divulgar-lhes a obra em suas paginas e fora delas, officiosamente, procurará os meios de favorecer a plena florescência dessas vocações estéticas. Aos nossos agentes, pedimos o obséquio de tomar na devida conta estas palavras, fazendo-as chegar ao conhecimento dos humildes artistas que elas visam, encaminhando-os para cá. Todos lucrarão com isto e mais ainda o país, este caro Brasil tão ignorado pelos seus próprios filhos e eternamente vítima da dispersão dos esforços. A “Revista do Brasil” outra coisa não deseja senão tornar-se o ponto de convergência de todas as aptidões artísticas, em

qualquer ramo que se manifestem. Aceitará e remunerará mediante acordo, fotografias de paisagens, de tipos, de cenas, de velhos monumentos ou ruínas, documentos antigos, curiosidades locais, tudo, enfim, que mereça vir a público, como documenta que é da terra, capaz de contribuir para o seu melhor conhecimento. (Lobato, 1919)

O programa de Lobato apresenta um mapa dos temas a serem trabalhados, contudo, ele não esclarece quais seriam as perspectivas teóricas da publicação. O editor indica o que deve ser publicado, mas não evidencia como deve ser escrito. O editor não acentua, por exemplo, que os textos deveriam ser apresentados em linguagem simples e acessível aos leitores não iniciados. Supondo-se que um editor contemporâneo quisesse retomar este programa, aplicando-o a um jornal, por exemplo, o panorama temático da *Revista do Brasil* oferece um rico arsenal de temas bem específicos para lançá-lo bem próximo dos assuntos nacionais.

Ao se pensar nesta suposição, quero evidenciar os diversos programas que podem ter servido como fonte de inspiração para se criar um suplemento cultural e/ou literário. Nesse sentido, convém também assinalar os laços temáticos que uniam o *Programa* de Monteiro Lobato ao programa de um periódico total teorizado alguns anos mais tarde, em 1930, por Antonio Gramsci (1988) que, nesta época, publicava, na Itália, uma série de estudos sobre a importância do jornalismo (dos suplementos e das revistas) como centro irradiador da cultura e da literatura no século XX. A partir dos anos sessenta e, principalmente nos setenta, com as primeiras traduções brasileiras, a obra de Gramsci começou a ter grande impacto no meio intelectual de esquerda brasileiro.

Para Gramsci, os dois pilares fundamentais da atividade cultural de uma Nação se organizam a partir da educação e do jornalismo. O espaço da cultura seria simultâneo ao lugar destinado aos jornais e revistas. Sendo assim, a cultura deve ser interpretada a partir da perspectiva em que é produzida, fornecendo contornos mais claros para o jornalismo orgânico. Educação e jornalismo (duas Instituições, uma de caráter estatal e a outra privada) seriam as engrenagens mestras da atividade do intelectual, sendo que o jornalismo seria o instrumento e a educação, o objetivo desta atuação orgânica. Desse modo, o lugar privilegiado do intelectual no mundo moderno deve ser o espaço do jornal (e o da revista).

Para o autor, existem dois tipos de intelectuais: o intelectual tradicional e o orgânico. O primeiro defende a ideologia de sua respectiva *casta* ou classe dirigente, enquanto o segundo deveria ser um educador do povo, orientando e familiarizando o homem médio com os jargões da ciência. “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que crêem ser literatos, filósofos e artistas – crêem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais” (Gramsci, 1988). Os dois tipos de intelectuais jornalistas *verdadeiros* tem o jornal à disposição para realizarem suas respectivas tarefas, mas, segundo o autor, sobretudo

o intelectual orgânico deve utilizá-lo como base de suas reflexões que, por sua vez, pautam-se de acordo com os anseios do povo.

A partir deste observatório privilegiado, que é o jornal, o intelectual pode estabelecer as conexões necessárias à compreensão dos valores culturais do homem médio. A fórmula para se atingir os objetivos na formação do intelectual orgânico (que, posteriormente, educará seus leitores) reside no respeito a algumas normas de conduta especificadas pelo programa de atuação, delimitado por Gramsci.²

A hipótese que procuro estabelecer aqui necessitará da observação dos profundos laços que envolvem o intelectual orgânico de Gramsci ao perfil dos jornalistas envolvidos na execução do *Folhetim* da *Folha de S.Paulo* (1977-1989), durante as duas primeiras fases do suplemento. O detalhamento do programa gramsciano de um periódico total oferece um leque de opções de temas muito próximo daquele da *Revista do Brasil*, entretanto, há uma diferença central que pode ser encontrada em sua forma de execução. Enquanto o programa de Lobato *falhava* em não enfatizar a necessidade de aproximar a proposta da revista ao grande público, Gramsci detalha que tipo de jornalista deve estar à frente das mais diversas publicações, oferecendo, inclusive, uma fórmula de conduta teórica a ser seguida, elemento este que o programa da revista não se preocupou em revelar. Vejamos, a seguir, um resumo destas propostas:

O tipo de jornalismo estudado nestas notas é o que poderia ser chamado de ‘integral’ ..., isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área. (Gramsci, 1988)

As notas referidas pelo autor nada mais são do que um programa (como admitirá mais tarde) a ser perseguido pelos jornalistas-intelectuais-escritores com a finalidade de levar até o seu público informação e esclarecimento.

Sobre os leitores, são eles considerados sob dois pontos de vista: “1) como elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, ductíveis, maleáveis à transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros”(Gramsci, 1988).

Gramsci também alerta sobre a necessidade de o jornalista acompanhar e “controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e que formam um país”. Além disso, o jornalista deve ler todas as revistas publicadas pelos jovens. Os jornais, por sua vez, devem preservar a disciplina e evitar, a todo custo, o diletantismo.

² Ao longo do terceiro capítulo de *Os intelectuais e a organização da cultura*, o autor evidencia a importância do jornalismo, pormenorizando o grau de participação deste sujeito junto às Instituições da sociedade.

Revistas

Na abordagem gramsciana, as revistas previstas são baseados em exemplos de orientação editorial do tipo “unitário”, capazes de preservar um modelo homogêneo de expressão. As revistas devem manter rubricas fixas: um dicionário enciclopédico político-científico-filosófico (nos moldes de uma enciclopédia popular); um espaço destinado às biografias dos autores citados (o autor especifica os diversos tipos de biografias); outra opção, não obrigatória, é a das autobiografias político-intelectuais (embora elas representem um problema, pois delas depende a sinceridade dos autores); uma rubrica, esta sim obrigatória, consagrada às situações regionais; um índice sobre as tendências políticas dos autores; uma seção destinada às resenhas de dois tipos: a crítico-informativa, que deve informar sobre o conteúdo dos livros (dispensando assim a leitura do livro), e a teórico-crítico (que pressupõe a leitura do livro em questão); deve-se agregar, ainda, um espólio crítico bibliográfico ordenado por assunto, a fim de homogeneizar as áreas de atuação do periódico. Gramsci ilustra com vários exemplos os tipos possíveis de revistas, ora com ênfase ao perfil de crítica social e cultural, ora voltando-se à crítica política (chamando especial atenção para a possibilidade destas revistas se transformarem em “pequenas enciclopédias da atualidade”). No mesmo sentido, enfatiza-se a premência do cosmopolitismo (desde que bem dosado) e assegura-se lugar para as traduções, bem como se salienta a importância da colaboração estrangeira (embora ressalte a necessidade do estrangeiro conhecer os problemas nacionais no país em que será publicado). A revista de Gramsci deve encontrar lugar de destaque para uma rubrica permanente sobre a ciência. Esta seção terá capacidade para “criticar e enquadrar as ‘idéias científicas’ ... para promover o princípio pedagógico-didático da ‘história da ciência e da técnica como base da educação formativa-histórica na nova escola’”. Outras seções devem estar presentes: uma sobre os estudos econômicos (regionais e nacionais); outra que dê conta das questões lingüísticas (refletir sobre as diferenças regionais, mas, principalmente, esclarecer os leitores sobre o sentido de determinadas palavras); uma rubrica dedicada ao exame da tradição (através da análise de poemas, por exemplo), e outra dedicada aos assuntos da jurisprudência (principalmente da justiça do trabalho). Em todas as seções, o autor recomenda a tradução de todas as palavras estrangeiras.

Jornais

Gramsci enfatiza a necessidade de publicação nos jornais de três tipos de suplementos: o literário, o econômico e o agrário. Em relação ao suplemento literário, sustenta que sua funcionalidade deveria estar justificada através da ênfase no ensino, contendo “uma parte escolar”. O autor ainda comenta a área de atuação dos jornais das capitais e das províncias, além de diagnosticar os principais problemas das escolas

de jornalismo na Itália. A seguir, revela as principais características do cronista de jornal, destacando as dificuldades de se encontrar o perfil ideal:

isto é, [encontrar] jornalistas tecnicamente preparados para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade, inserindo neste quadro (sem pedantismo, mas sem superficialidades e sem ‘brilhantes’ improvisações) todo problema singular à medida em que ele se torna atualidade. O que se diz do cronista pode ser dito igualmente de uma série de atividades públicas: um bom cronista deveria ter a preparação técnica suficiente e necessária para se tornar administrador, ou mesmo prefeito. (Gramsci, 1988)

Em seguida, o autor centraliza-se nas especificidades da formação do correspondente internacional, que o jornal deve manter, comentando a necessidade de utilização da rubrica sobre a resenha da imprensa. Além disso, reflete sobre a proximidade do formato folhetim em que a crônica policial é publicada e observa a necessidade de mais ênfase na rubrica ciência. Salienta a necessidade de um almanaque anual, ou seja, um número especial para o balanço dos fatos e acontecimentos políticos marcantes, que sirva como um índice dos assuntos em maior evidência.³

Naturalmente, a emancipação do jornalista para o seu novo posto de intelectual popular geraria conflitos de diversas ordens. Contudo, neste momento, para não me perder em discussões que serão enfocadas, diretamente ou de forma tangencial, mais adiante, restrinjo minha observação aos desdobramentos da teoria gramsciana da cultura e do intelectual e seus impactos na formulação do *Folhetim da Folha de S.Paulo*.

A apresentação detalhada do programa de Gramsci tem dois objetivos: primeiramente, ele provoca a impressão de profunda simetria com os primeiros anos do *Folhetim* (entre 1977-1982), e, em segundo lugar, ele fornecerá uma espécie de itinerário capaz de revelar a atividade jornalística do referido período no suplemento. O período mencionado comporta duas fases diferentes do *Folhetim*, entretanto, cada uma a seu modo procura evidenciar uma das faces do programa gramsciano de um periódico total, revestido pelo verniz nacional-popular e destinado ao maior público possível⁴. A primeira fase (1977-1979) ficou mais próxima do folhetim do século passado, mesclando informações úteis a um emaranhado de *variétés*, realçando, no campo da cultura, o vínculo nacional-popular que os suplementos deveriam enfatizar, se quisessem alçá-los aos moldes de uma enciclopédia popular. Por sua vez, a segunda

³ O uso deste recurso (ou seja, publicar-se o balanço do ano ou da década) foi largamente utilizado entre 1977 e 1982 (período que se refere à primeira e à segunda fase do *Folhetim*).

⁴ Para Gramsci, “pode-se afirmar que os leitores do romance de folhetim se interessam e se apaixonam pelos seus autores com uma sinceridade muito maior e com interesse humano muito mais vivo do que nos chamados salões cultos, as pessoas se interessam pelos romances de D’Annunzio ou pelas obras de Pirandello” (1986, p.105).

fase (1979-1982) se engajou em uma campanha claramente educativa voltada ao esclarecimento de seus leitores. Neste dois anos, procurou-se promover os debates sobre as principais questões nacionais, pretendia-se até mesmo substituir os livros didáticos (da área de humanidade) na sala de aula. Contudo, para não me estender demais, limitarei essa exposição ao período que se refere somente a primeira fase do suplemento.

A primeira fase do *Folhetim da Folha* (1977-1979) –Um suplemento de variedades

Não esquecer, aliás, que a primeiríssima revista literária brasileira – que não foi além do número dois –, publicada na Bahia em 1812, chamou-se *As variedades* ou *Os ensaios literários*.

Marlyse Meyer

O primeiro ano do *Folhetim* (1977) pode ser associado à tentativa de reviver o sucesso que *O Pasquim* vinha desfrutando junto ao grande público. Para efetivar esta estratégia, a *Folha de S. Paulo* contratou uma parte da equipe egressa de *O Pasquim*, que havia rachado depois da guinada política do jornal de Ziraldo. Assim, Tarso de Castro, Josué Guimarães, Plínio Marcos e Fortuna formaram a equipe que esteve à frente dos trinta e cinco números iniciais, procurando traçar o perfil político e de *variétés* para o *Folhetim*.

A primeira mudança editorial ocorreu em setembro de 1977 (nº 36), e verifica-se que neste exemplar não consta, como era de costume, a ficha com o expediente da redação. O número 36 foi dedicado ao futebol, contendo uma extensa entrevista (9 páginas) com Garrincha. Durante o ano de 1977, passaram três editores pelo *Folhetim*: Tarso de Castro foi o primeiro editor durante o intervalo entre os números 1 e 35 (de 24 de janeiro a 18 de setembro de 1977), os números 36, 37 e 38 circularam sem créditos ao editor; Aldo Pereira foi o editor durante o intervalo entre os números 39 e 42 (de 16 de outubro a 6 de novembro de 1977); e Nelson Merlin exerceu o cargo durante o intervalo entre os números 43 e 116 (de 13 de novembro de 1977 a 8 de abril de 1979), sendo que o número 117 circulou sem crédito ao editor.

Os editores da primeira fase do *Folhetim* se propuseram a fazer um jornal voltado aos informes da agenda cultural de algumas capitais brasileira (havia correspondentes em Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro, principalmente) e dedicado às variedades, quando se consagrava em suas páginas a ascensão de cantores populares ao lado dos já consagrados (por exemplo, Sidney Magal ao lado de Tom Jobim). A televisão, que começava a construir seus primeiros fenômenos de massa, também era objeto de admiração por parte dos editores do suplemento: assim, é possível encontrar em suas entrevistas centrais o Chacrinha, as chacetes, Pedro Simon ou Jorge Amado.

Em linhas gerais, lembro a maneira pela qual o material foi organizado e publicado a partir de 24 de janeiro de 1977. Com exceção dos números 48 e 49, que circularam com 16 páginas, o restante (do 1 ao 47) continha 24 páginas, sendo distribuídas mais ou menos assim: 5 a 7 páginas para uma entrevista central, 2 a 3 para uma entrevista secundária, 3 a 4 páginas dedicadas à ficção, 2 a 3 ao cartum, 2 a 4 aos informes, com apenas uma destinada à seção de cartas. Havia ainda a página das *impressões* de Mário Quintana e outra reservada aos correspondentes internacionais.

Para se ter uma noção do tipo de enfoque predominante no suplemento, cabe a avaliação das vinte palavras-chaves que mais foram solicitadas pelos textos desta fase, evidenciando as principais preocupações desta equipe de edição⁵: (durante a primeira fase (1977-1979), foram utilizadas mais de duzentas e cinquenta palavras-chaves, sendo que as mais predominantes podem ser verificadas abaixo).

Comportamento	10,65
Cartas	5,85
Informes	5,37
Política	4,51
Música popular	4,32
Televisão	3,84
Cinema	2,88
Imprensa	2,50
Cultura	2,50
Brasil	2,21
Literatura	2,21
Música	2,11
Teatro	2,11
Humor	2,02
Carnaval	1,92
Estados Unidos	1,73
MPB	1,54
Realismo	1,44
Censura	1,44
Repressão	1,34
Outras 230 palavras	37,52

Outra tabela que pode ajudar a visualizar os tipos de textos (indexados como vocabulário controlado) que mais foram requisitados pelos editores do suplemento

⁵ Os dados que apresentarei a seguir foram obtidos após a indexação de todos os textos que circularam no *Folhetim* entre 1977 e 1989. Utilizarei apenas os números relativos ao que denomino de primeira fase do *Folhetim*, entre os anos de 1977 e 1979.

ilustra a ausência de textos de maior fôlego (a ausência de ensaios, por exemplo), revelando o perfil da primeira fase do *Folhetim*:

FICÇÃO	26,46
REPORTAGEM	18,71
INFORME	11,65
HQ / CHARGE	10,90
ENTREVISTA	10,42
CAPA	8,02
CARTAS DO LEITOR	7,88
DEPOIMENTO	3,22
ENTREVISTA - Literatura	0,48
ENSAIO - Cultura	0,48
RESENHA - Cultura	0,34
POEMA(S)	0,34
CORRESPONDÊNCIA(S)	0,27
Outros	1,49

Tendo sido preponderante a publicação de ficção nesta fase, talvez seja interessante verificar quais foram os dez autores (entre os cento e quarenta publicados) que mais frequentemente colaboraram neste segmento, com a finalidade de se revelar a direção teórica que o suplemento pretendia assumir:

QUINTANA, Mário	24,42
FORTUNA,	23,12
GUIMARÃES, Josué	14,55
RIBEIRO, João Ubaldo	12,21
MARCOS, Plínio	3,38
ARIZIO, Jorge	2,08
CASTRO, Tarso de	2,08
ALBERTO, Aloísio	2,08
SILVEIRA, Helena	1,82
MACIEL, Luís Carlos	1,30
Outros 120 autores	12,96

A ficção que circulou neste período do suplemento difere das outras fases porque, neste recorte, com exceção de Mário Quintana, que publicou uma coluna semanal – “Do caderno H”⁶ – mais próxima do memorialismo, a crônica política (do intelectual-

⁶ Mário Quintana publicou a coluna “Do caderno H”, ininterruptamente, entre os n° 9, 20 de março de 1977, até o n° 139, 16 de setembro de 1979.

cronista-engajado) de Josué Guimarães, de João Ubaldo e de Plínio Marcos dominava a cena.⁷

Este perfil do *Folhetim*, como um jornal de variedades, apresentava um espaço bem diversificado que unia divertimento, crônica social, fatos diversos e até o romance publicado em fatias.⁸ A estratégia do suplemento se encaixa nas definições oitocentistas do termo *folhetim*, definidas por Marlyse Meyer, agregando a estratégia de *figar* o público. Para a autora, há grande dificuldade para se definir o termo folhetim em virtude de sua origem híbrida, de forte apelo popular e da constante busca por uma linguagem simplificada (essencialmente jornalística), que fosse capaz de atingir o maior público possível.

Título geral desse *pot-pourri* de assuntos (Martins Pena falaria em *sarrabulho lítero-jornalístico*): *Variétés*, ou *Mélanges*, ou *Fuilleton*. Mas este último, repita-se, era antes um termo genérico, designando essencialmente o espaço na geografia do jornal e seu espírito. Com o tempo, o apelativo abrangente passa a se diferenciar, alguns conteúdos se rotinizam, e o espaço do folhetim oferece abrigo semanal a cada espécie: é o *feuilleton dramatique* (crítica de teatro), *littéraire* (resenha de livros), *variété*, e ‘cosi via’. (Meyer, 1978)

Diante da necessidade de conceitualização do termo folhetim, José de Alencar ironiza:

quem foi o inventor ... deste novo Proteu, que chamam folhetim Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma “nonchalance” com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum Enquanto o Instituto de França e a Academia de Lisboa não concordarem numa exata definição do folhetim, tenho para mim que a coisa é impossível. (Meyer, 1978)

Enquanto o equivalente oitocentista do folhetim se apresentava como um saco de gatos e como o espaço do vale tudo, a nova versão da *Folha de S.Paulo* não poderia deixar de incorporar as tendências críticas mais apropriadas para agradar seus leitores. Era preciso, portanto, sustentar a produção e a circulação da ficção justificando a sua funcionalidade. A substituição do crítico não especialista pelo crítico *scholar*, com seu contorno mais acadêmico e especializado, que a partir da década de 40 e 50

⁷ Embora de forma incipiente, vale lembrar que a prática jornalística deste período (que fez do jornalista um cronista e/ou ativista engajado) iniciava, sob certos aspectos, a formação do jornalista-intelectual, menos político e mais ligado aos movimentos culturais, que dominaria, a partir de 1983, boa parte do espaço cultural do *Folhetim*.

⁸ O escritor e dramaturgo Plínio Marcos publicou de forma intermitente um folhetim (um romance em fatias) entre os números 004, 13 de fev. e 032, 28 de agos. de 1977.

suplantava a crítica de rodapé na imprensa brasileira, foi negligenciada por esta fase do suplemento, que procurou recuperar a figura do jornalista crítico não especializado. Todavia, o retorno do crítico não especializado não aproximou a função do jornalista da década de setenta ao crítico de rodapé e sua prática impressionista dos anos quarenta. Por outro lado, o jornalismo praticado no *Folhetim*, nesta fase, não se amparava nas fileiras acadêmicas por reconhecer na prática universitária um distanciamento e um desvio do grande público. Portanto, a orientação teórica que o suplemento seguia nesta época (embora se recusasse em bloco a nomenclatura “orientação teórica”) era em boa parte de origem gramsciana.

Em texto publicado alguns anos mais tarde, Flora Sussekind (1986) fornece informações precisas para se aprofundar um pouco mais esta questão. Rastreado o movimento da crítica literária dos rodapés dos jornais nos anos quarenta e cinquenta (quando Afrânio Coutinho, defendendo a especialização do crítico, lançava-se contra Álvaro Lins, um dos principais expoentes da crítica de rodapés), a autora também comenta o segundo movimento desta disputa, que se instalava no interior da crítica acadêmica, entre Afrânio Coutinho e Antonio Candido.⁹ Estas duas perspectivas (a de Afrânio, estética, e a de Candido, dialética ou sociológica) tensionaram o círculo acadêmico brasileiro. Para completar o cenário das tendências críticas do período, deve-se notar que nesta época, durante os anos setenta, surgia uma terceira vertente de análise, derivada do estruturalismo francês, ganhando evidência nos círculos acadêmicos brasileiros. Esta tendência crítica, de orientação estruturalista, surgiu por meio dos textos de Luiz Costa Lima e de Silviano Santiago.

Durante a primeira fase do *Folhetim* a opção editorial não incluía a colaboração da crítica especializada e o espaço reservado à crítica literária foi ocupado apenas por jornalistas. Camaleônico, o jornalista escrevia crônica, entrevistava astros e estrelas da televisão, políticos em evidência e outras personalidades, ao mesmo tempo que escrevia poemas e manifestos. Mas o que mais interessa, neste caso, é que este ativista engajado também se fazia, às vezes, de crítico literário, promovendo a literatura nacional-popular. Esta formação genérica do jornalista corresponde ao perfil traçado por Gramsci, que também observava, como seu principal defeito, a superficialidade que a postura genérica poderia gerar.

Para Gramsci, o papel de controlador da produção cultural da sociedade contemporânea coube ao intelectual, mais especificamente, ao intelectual-jornalista. Este intelectual assumiria, portanto, a função de legislar sobre a conduta de um amplo público: os leitores dos jornais, diga-se, dos folhetins. Talvez seja a partir desta nova

⁹O debate entre Antonio Candido e Afrânio Coutinho foi iniciado depois de publicados os livros *Formação da literatura brasileira* e *Introdução à literatura no Brasil*, respectivamente. Durante os anos setenta, as publicações de Candido na revista *Argumento* e de Coutinho na revista *Boletim de Ariel* continuaram a fornecer munição para o debate.

atribuição que, na acepção de Marlyse Meyer (1978), “o jornalista transformou-se no homem de letras”¹⁰.

Para ilustrar a postura literária e cultural do suplemento da *Folha*, neste momento, apresento um trecho de uma entrevista concedida por Jorge Amado a Josué Guimarães. Além de revelar a postura teórica do *Folhetim* (o fragmento fala por si), resumindo as principais metas a serem perseguidas, a entrevista enfatiza o que deveria ser atacado, reafirmando, por outro lado, o que deveria ser preservado.

A crítica se coloca sempre contra. ... E eu me honro muito da estima que tem por minha obra certos leitores da mais alta qualidade intelectual – não vou citar nomes – mas até que poderia falar num Alceu, por exemplo, num Antonio Houaiss ou num Antonio Candido, por exemplo. E de ser, além disso, um escritor que qualquer homem do povo pode ler e entender¹¹. ... É um privilégio que hoje estamos pagando caro, nós os homens que estamos criando no Brasil literatura e arte. O pau está cantando nas costas de todos, mesmo nas costas dos pobres meninos como Gil e Caetano, coitados, levam pau dia e noite, uns meninos que tem por trás deles toda uma criação de beleza, de grandeza de uma força popular imensa que marcou um momento no Brasil. Eles representam grandes símbolos de luta do povo brasileiro. ... É preciso que você tenha confiança no povo e que saiba que o povo vai para a frente e que não está morto, que não está liquidado. Uma coisa é você fazer literatura assim e outra é você se trancar no gabinete, ler livros e querer criar personagens, falar da angústia do povo e da coisa [sic] que você nem conhece. (Amado, 1977)

No final da entrevista, Josué Guimarães intervém: “Eu também sou da mesma opinião, estou inteiramente contigo, penso assim”.

Embora publicada no número 43 (o primeiro sob a direção de Nelson Merlin), a entrevista reforça o perfil e o regime de concessões do *Folhetim*. Desta forma, também fica evidente que a saída de Tarso de Castro da editoria não significaria nenhuma mudança no perfil da publicação, continuando a prevalecer a antiga linha editorial através de seus contumazes colaboradores.

Caso o exame dos principais movimentos sociais do Brasil fosse restringido ao *Folhetim* desta fase, o seu representante privilegiado seria o Tropicalismo. Na entrevista

¹⁰Deve-se notar, contudo, que uma parte dos leitores do jornal estava sendo atingida: a receita deste *folhetim* previa, através da seção de cartas, a participação do público, que respondia aos chamados dos repórteres, complementando algumas informações e participando, posicionando-se sobre uma ou outra polêmica divulgada pelo suplemento. A seção de cartas também servia para desabaços e críticas genéricas aos acontecimentos mais próximos, funcionando como uma tribuna do leitor.

¹¹Para Gramsci, “os intelectuais [excluindo-se, em parte, o intelectual orgânico, cujo principal representante é o jornalista engajado] não saem do povo, ainda que acidentalmente algum deles seja de origem popular; não se sentem ligados ao povo (deixando de lado a retórica), não o conhecem e não percebem suas necessidades e seus sentimentos difusos; em relação ao povo, são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta, não uma articulação – com funções orgânicas – do próprio povo”.

citada, observa-se que o movimento tropicalista saía reforçado depois da intervenção pública de Jorge Amado, e o suplemento continuaria promovendo entrevistas e notícias sobre os astros Gilberto Gil e Caetano Veloso, assim como sobre os outros satélites que gravitavam na órbita do movimento.

No campo literário deve-se destacar duas características do período. Em primeiro lugar, observa-se um deslocamento geográfico das atenções: enquanto a crítica acadêmica estética ou sociológica ocupava o horizonte do eixo Rio-São Paulo, o *Folhetim* restringia seu espaço a Jorge Amado e Érico Veríssimo como pontos de referências teóricas. A segunda característica, derivada da anterior, é que os autores-referências do período forneciam o prestígio necessário para assegurar legitimidade aos jornalistas cronistas, reforçando a noção do nacional-popular de suas publicações. Deve-se notar também que não há nenhuma referência a Gramsci nestas páginas do *Folhetim*, ausência esta que revela uma sintomática necessidade de se ocultar (ao mesmo tempo em que se enfatizava os autores nacionais) a herança *estrangeira* desta teoria anti-teórica.

CHAGA, M.A. M.C. The varieties in Folha de São Paulo's "Folhetim" (1977-1979). *Itinerários*, Araraquara, n. 17, p. 239-258, 2001.

- *ABSTRACT: By means of mapping some historical definitions of the word "folhetim" and presenting some programmes which depended on the periodicals to be implemented, this paper aims at organizing some data related to the practice that, in 1977, ends up with the publication of a cultural supplement by the newspaper Folha de São Paulo: Folhetim (1977-1989). Some of the theoretical unfoldings determined by its editors' affiliation as the political profile in the first fase of the supplement (1977-1979) will also be related, in an informative basis.*
- *KEYWORDS: Literature; literary theory; literary criticism; periodicals; 70's; journalism.*

Referências Bibliográficas

AMADO, J. Meu encontro com Jorge Amado. Entrevista a Josué Guimarães. **Folha de S.Paulo**, n. 43, 1977. Folhetim, p.2-6.

ANTELO, R. João do Rio = Salomé. **A crônica**. Campinas: EDUNICAMP, 1992. p.153-64.

GRAMSCI, A. Jornalismo. In:____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, A. **Literatura e vida nacional**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

LOBATO, M. Revista do Brasil. **Revista do Brasil**, São Paulo, v. 47, n. 12, p. 193-6, nov. 1919.

MEYER, M. Folhetim para almanaque ou rocambole: a líada de realejo. **Almanaque**. São Paulo, n. 14, 1978.

MEYER, M. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. **A crônica**, Campinas: p.93-134, 1992.

SARMIENTO, D. F. Educar o povo. In: POMER, L. (Org.). **Sarmiento**. São Paulo: Ática, 1983. p.186-203.

SEVCENKO, N. O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano. **Almanaque**, São Paulo, n. 14, 1978.

SUSSEKIND, F. Rodapés, tratados & ensaios. **Folha de S. Paulo**, n. 514, 1986. Folhetim, p.7-12.

